

Como a política e a estratégia de segurança nacional podem lidar com a insegurança da alocação e utilização de recursos ambientais na Nigéria

How the national security policy and strategy can address insecurity from environmental resource allocation and utilisation in Nigeria

Resumo: O nível de insegurança na Nigéria aumentou constantemente durante a última década, com muitos dos conflitos relacionados à alocação, utilização e gestão de recursos ambientais. Problemas como o encolhimento do Lago Chade e sua degradação resultante da subsistência econômica, se uniram com o recrutamento de pessoas empobrecidas por grupos extremistas religiosos para criar a crise do Boko Haram no Nordeste da Nigéria. Essas crises passaram a envolver o uso de armas e se transformaram em violência interétnica generalizada, sequestros e crime organizado. Observando o aumento desses conflitos ambientais, esta pesquisa busca investigar como as políticas/estratégias de segurança nacional podem abordar a alocação, utilização e gestão de recursos, com o objetivo de prevenir tais conflitos na Nigéria. O artigo adotará uma abordagem de estudo de caso comparando a situação nigeriana com a do Brasil, que é semelhante à Nigéria em desigualdade de renda, disparidade demográfica, dotação de recursos e conflitos decorrentes desses fatores. O documento concluirá que a atual Política e Estratégia de Segurança Nacional da Nigéria deve colocar disposições específicas que melhorem a alocação, utilização e gestão de recursos ambientais, como é feito no Brasil.

Palavras-chave: Conflitos. Meio Ambiente. Recursos. Política. Estudo de Caso

Abstract: The level of insecurity in Nigeria has steadily increased during the last decade, with many of the conflicts related to environmental resource allocation, utilisation and management. Problems such as the shrinking of the Lake Chad and its resultant degradation of economic livelihood, have coalesced with the recruitment of impoverished persons by religious extremist groups to create the Boko Haram crisis in the North East. These crises have come to involve the use of arms and have snowballed into widespread inter-ethnic violence, kidnappings and organised crime. Noting the rise in these environmental conflicts, this research seeks to investigate how the national security policies/strategy can address resource allocation, utilisation and management, with a view to preventing such conflicts in Nigeria. The paper will adopt a case study approach by comparing the Nigerian situation with Brazil, which is similar to Nigeria in income inequality, demographic disparity, resource endowment and conflicts arising from these factors. The paper will conclude that the current Nigerian National Security Policy and Strategy must enplace specific provisions that improve the allocation, utilisation and management of environmental resources as is done in Brazil

Keywords: Conflicts. Environment. Resources. Policy. Case Study.

Al-Amin Ado Ibrahim 

Nigeria Army.
Abuja, Nigeria.

leopanthero@mac.com

Recebido: 08 nov. 2021

Aprovado: 30 nov. 2021

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



1 Introdução

A crescente onda de conflitos internos que surgiram desde o fim da Guerra Fria levou a uma ênfase na reforma dos sistemas de segurança nacional nos países em desenvolvimento e nos países desenvolvidos. A prevalência desses desafios de segurança em todo o mundo exigiu a necessidade de políticas de segurança e reformas estratégicas que evitem conflitos decorrentes da utilização e gerenciamento de recursos. Na África, por exemplo, o alto nível de pobreza e desigualdade social para a vasta população do continente, se metamorfoseou principalmente em conflitos intratáveis como crise etno-religiosa, agitação pelo controle de recursos, conflitos de pastores-agricultores e atividades terroristas.

A conexão entre o meio ambiente e a capacidade ou incapacidade do homem de explorá-lo a seu favor levou a contradições e interesses conflitantes, resultando em agitação, principalmente no mundo subdesenvolvido. Por mais de uma década, a Nigéria continuou a testemunhar um tremendo revés em seu desenvolvimento socioeconômico alimentado por crise etno-religiosa, conflitos do Delta do Níger, conflitos de pastores-agricultores, cibercriminosos, banditismo armado e a insurgência do Boko Haram. No Nordeste, o terrorismo doméstico e o banditismo organizado devastaram o país na última década. O conflito entre pastores e agricultores locais nos Estados de Benue, Nassarawa, Kaduna, Katsina e Plateau deve-se principalmente à diminuição das áreas de pastagem e ao aumento da demanda de carne pela população crescente. Nos estados de Borno, Yobe e Adamawa, a insurgência do Boko Haram tem prevalecido, ocasionalmente se espalhando para os estados do Níger e Kogi. As crises de Jos e Kaduna que persistiram podem ser atribuídas a clivagens étnicas e indígenas que se manifestam em disputas de terras e fronteiras. Além disso, grandes porções do Noroeste, Centro e Sudeste do país testemunharam ocorrências crescentes de banditismo rural e sequestro.

De acordo com Salawu (2010), as remotas razões socioculturais, políticas e econômicas que impulsionam o uso da força ilegal e da violência na Nigéria incluem a negligência, a opressão, a dominação, a exploração, a vitimização, a discriminação, a marginalização, o nepotismo e a intolerância do governo. Kwaja (2009) também identifica a fragilidade das instituições do estado em termos de sua capacidade e habilidade de gerenciar a diversidade, corrupção e má governança, aumento da desigualdade entre ricos e pobres, violação grave dos Direitos Humanos, degradação ambiental, contestações sobre a terra, luta pelo controle de recursos e distribuição desigual de recursos, como as causas subjacentes de conflitos violentos na Nigéria.

Ao contrário da Nigéria, não existem grupos terroristas conhecidos no Brasil. No entanto, o crime organizado, o tráfico de drogas e os crimes ambientais representam ameaças significativas à segurança do estado, particularmente à polícia. De acordo com o Brazil Country Report (2021):

[...] a principal ameaça vem de organizações de narcotráfico, e do crime organizado, particularmente gangues sediadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, que têm alcance nacional. Eles controlam o contrabando de drogas e armas; sua prontidão para envolver a polícia em confrontos armados representa o risco de morte colateral ou ferimentos para os visitantes. O Brasil é um país de trânsito de drogas e um grande consumidor

de drogas. Fronteiras remotas e escassamente povoadas facilitam a mineração ilegal de ouro, o tráfico de drogas, o contrabando e o tráfico de armas, especialmente ao longo da fronteira com o Paraguai e a região amazônica. Por outro lado, uma forma de crime organizado prevalecente no Brasil, deve-se à exploração dos recursos ambientais. O desmatamento é um grande desafio enfrentado devido às atividades econômicas de pecuaristas, garimpeiros, madeireiros e agricultores. A implicação do desmatamento na Amazônia brasileira é que ele destrói os serviços ambientais que são importantes para o mundo inteiro, e especialmente para o próprio Brasil (FEARNSSIDE, 2017).

Londoño, Andreoni e Casado (2020) observaram que a Pandemia COVID-19 também levou a um aumento no desmatamento no Brasil porque o governo está preocupado com a pandemia global, enquanto atividades ilegais não controladas ocorreram. De acordo com Mueller et al. (1994), a Amazônia brasileira é mais conhecida por problemas associados ao desmatamento e às mudanças ambientais. O conflito de terras não é novidade para o Brasil e acompanhou o processo de expansão da fronteira que começou há mais de 500 anos com a colonização portuguesa.

No entanto, tanto a pobreza quanto a falta de terra persistiram apesar das políticas de desenvolvimento que distribuíram bilhões de dólares em construção de rodovias, empréstimos e subsídios definitivos (HALL, 2000). O conflito na Amazônia é multifacetado e envolve vários atores (por exemplo, alguns indígenas, garimpeiros, madeireiros, pecuaristas e pequenos agricultores). O Brasil é um país economicamente e socialmente heterogêneo, com um complexo quadro de governança federal e uma constituição que reconhece o direito do povo a um ambiente ecologicamente equilibrado. Isso torna a implementação de políticas e programas ambientais no terreno um desafio. A rigidez dos requisitos ambientais e o nível de conformidade variam substancialmente entre as jurisdições, refletindo as prioridades locais e as restrições de capacidade.

O artigo, portanto, examina como as políticas e estratégias de segurança podem abordar a insegurança decorrente da alocação, utilização e gestão de recursos ambientais na Nigéria, usando o Brasil como um estudo de caso. O artigo é dividido em sete subtítulos que incluem a introdução; referencial teórico e conceitual; desafios de segurança e política de segurança nacional na Nigéria e no Brasil; abordando a insegurança da alocação, utilização e gerenciamento de recursos ambientais; e conclusão.

O artigo procurará abordar as seguintes questões de pesquisa:

- i. Quais são as causas ambientais da insegurança na Nigéria e no Brasil?
- ii. Qual é onexo entre alocação/utilização de recursos ambientais e insegurança na Nigéria e no Brasil?
- iii. Como a política de segurança moldou ou mitigou os desafios de segurança na Nigéria e no Brasil?
- iv. Qual política de segurança nacional pode ser adotada para enfrentar a insegurança ambiental na Nigéria, tomando exemplos do Brasil.

O objetivo geral do estudo é verificar como a política pode abordar a insegurança causada pela alocação, utilização e gestão de recursos ambientais; usando uma análise comparativa da Nigéria e do Brasil. Os objetivos específicos são examinar as causas ambientais da insegurança na Nigéria e no Brasil; avaliar o impacto das políticas de segurança na mitigação dos desafios de segurança nos dois países; e articular políticas de segurança específicas que possam abordar a insegurança ambiental na Nigéria, usando o Brasil como um estudo de caso.

2 Referencial Teórico e Conceitual

A relação causal entre a escassez ambiental – a insuficiência de recursos renováveis – e a eclosão de conflitos violentos é complexa. A escassez ambiental surge dentro de um contexto político, social, econômico e ecológico e interage com muitos desses fatores contextuais para contribuir com a violência (HOMER-DIXON; PERCIVAL, 1998). A teoria da escassez ambiental de Homer-Dixon tenta uma relação analítica entre fatores ambientais e conflitos na sociedade humana. Escassez de recursos renováveis (também conhecido como *escassez ambiental*) pode contribuir para a violência civil, incluindo insurgências e confrontos étnicos" (HOMER-DIXON, 1999).

Os fatores contextuais incluem a quantidade e a vulnerabilidade dos recursos ambientais, o equilíbrio do poder político, a natureza do Estado, os padrões de interação social e a estrutura das relações econômicas entre os grupos sociais. Esses fatores afetam a forma como os recursos serão utilizados, o impacto social da escassez ambiental, as queixas decorrentes dessa escassez e se as queixas contribuirão para a violência. Existem três tipos de escassez ambiental: (1) escassez induzida pela oferta, causada pela degradação e esgotamento de um recurso ambiental; por exemplo, a erosão da terra de cultivo; (2) escassez induzida pela demanda resultante do crescimento populacional dentro de uma região ou aumento do consumo per capita de um recurso; qualquer um dos quais aumenta a demanda pelo recurso; (3) escassez estrutural decorrente de uma distribuição social desigual de um recurso que o concentra nas mãos de relativamente poucas pessoas, enquanto a população restante sofre de escassez grave (HOMER-DIXON; PERCIVAL, 1998).

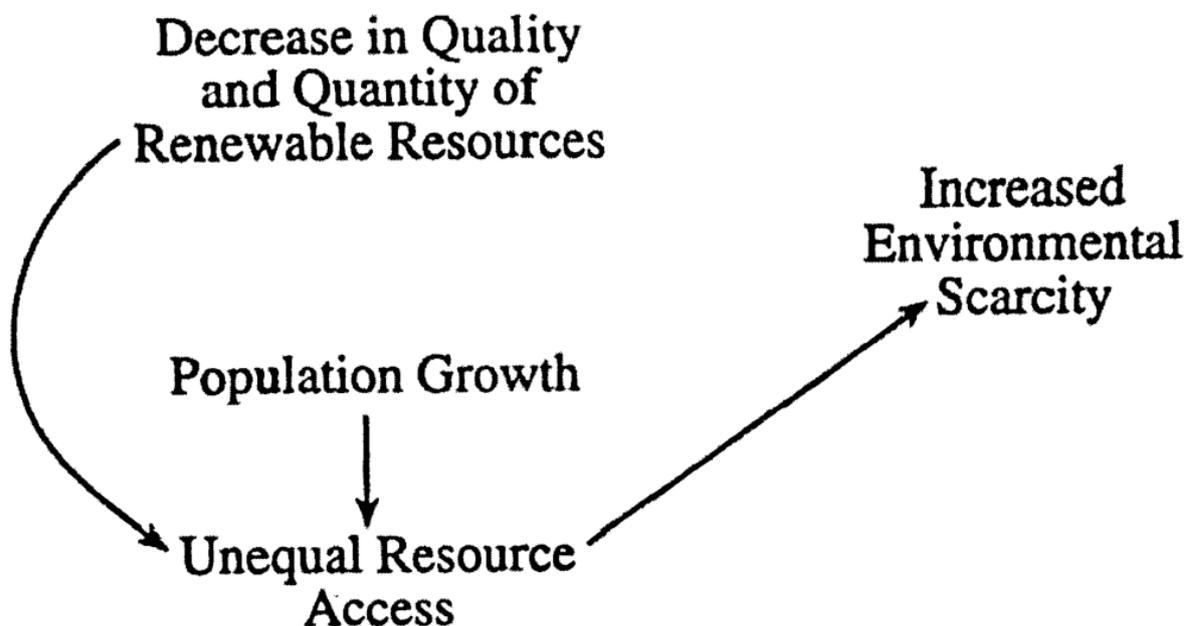
Dois padrões de interação entre esses três tipos de escassez são comuns: captura de recursos e marginalização ecológica. **Captura de recursos** ocorre quando o aumento do consumo de um recurso se combina com sua degradação: grupos poderosos dentro da sociedade – antecipando a escassez futura – mudam a distribuição de recursos a seu favor, submetendo a população restante à escassez. **Marginalização ecológica** ocorre quando o aumento do consumo de um recurso se combina com a desigualdade estrutural na distribuição. Negado o acesso ao recurso, grupos mais fracos migram para regiões ecologicamente frágeis que posteriormente se degradam (HOMER-DIXON, 1994). Peluso e Harwel (2001) argumenta que a distribuição desigual de retornos das atividades de extração de recursos tem sido um fator de violência.

Homer-Dixon previu que "nas próximas décadas, a incidência de violência provavelmente aumentará à medida que as escassez de terras agrícolas, água doce e florestas piorarem em muitas partes do mundo em desenvolvimento". A teoria de Homer-Dixon integrou variáveis

físicas (estoques de recursos naturais, tamanho e crescimento da população, consumo de recursos per capita) e fatores sociais (dinâmica de mercado e estruturas sociais e econômicas) em um único modelo que enfatiza a importância dos limiares, interdependência e interatividade dentro de sistemas ambientais complexos (HOMER-DIXON, 1999).

Hartmann (2017) também contribuiu para o discurso sobre a relação entre meio ambiente e conflito quando apresentou a ideia de escassez estratégica e conflito ambiental. A figura abaixo foi usada para expressar diagramaticamente o nexos entre escassez de recursos e conflito.

Figura 1– Meio Ambiente, Escassez Estratégica e Conflito



Fonte: Hartmann (2003).

Relacionando a teoria da escassez de recursos de Homer-Dixon à gestão de recursos ambientais na Nigéria, ver-se-ia que a Nigéria sofreu desafios de segurança por décadas como resultado da escassez estrutural decorrente de uma distribuição desigual de recursos. Embora o Brasil também sofra o mesmo desafio estrutural, a Nigéria tem desafios na luta por recursos limitados devido ao crescimento populacional, degradação/esgotamento e luta por recursos ambientais limitados. Por exemplo, os principais precipitadores remotos e imediatos do conflito entre pastoralistas e agricultores na Nigéria, é a luta por recursos ambientais limitados. A desigualdade econômica e a pobreza, causadas por fatores estruturais e o fracasso do governo em alocar uniformemente recursos escassos, muitas vezes resultam em conflito.

Questões de secas, água/chuva, pastagens, expansão populacional, migração, desmatamento e sistema de posse da terra fazem fronteira com o meio ambiente. A escassez de recursos ambientais em relação à crescente demanda por eles por fazendeiros e pastores constitui a linha de falha para as hostilidades em ambos os países onde mineiros e madeireiros ilegais são

fundamentais nos conflitos de uso e extração ilegal de terras. A insegurança na região do Delta do Níger, na Nigéria, orquestrada pelos militantes, também é precipitada pelo impacto das atividades das multinacionais do petróleo naquela região, que tem impacto negativo no meio ambiente. Derramamento de petróleo, degradação ambiental, queima de gás, poluição da água tem efeitos adversos sobre as atividades humanas, aquáticas e outras atividades agrícolas dentro da região do Delta do Níger, que levou a conflitos na região. Por exemplo, Kadafa (2012) apontou que a exploração de petróleo na Nigéria teve várias consequências ambientais e humanas para os povos indígenas que habitam a área ao redor das extrações de petróleo. O custo social e ambiental da produção de petróleo tem sido extenso. Eles incluem destruição da vida selvagem e biodiversidade, perda de solo fértil. Poluição do ar e da água potável, degradação de terras agrícolas e danos ao ecossistema marítimo, todos os quais causaram sérios problemas de saúde para os habitantes da área ao redor da produção de petróleo.

Esta pesquisa adotará um método qualitativo que será obtido de periódicos revisados por pares, legislações governamentais e publicações/gazetas relacionadas e pesquisas de organizações externas. Além disso, a pesquisa visa avaliar políticas específicas que podem afetar o uso ou alocação de recursos e seus efeitos sobre conflitos regionais na Nigéria, com a intenção de oferecer insumos viáveis da política de segurança nacional que abordarão a insegurança.

3 Avaliando Estratégias da Política de Segurança Nacional na Nigéria e no Brasil: uma análise comparativa

Uma das responsabilidades fundamentais de qualquer Estado é a provisão de um ambiente seguro e protegido para seus cidadãos. É também responsabilidade do Estado regular as atividades de indivíduos e entidades à medida que procuram ganhar a vida no ambiente seguro criado. Consequentemente, políticas específicas precisam ser implementadas para abordar os vários fatores que podem causar insegurança. Nigéria e Brasil são muito semelhantes em suas estruturas demográficas e sociais. Ambos experimentaram diversos, mas semelhantes, casos de insegurança resultante da desigualdade social, o clamor por recursos como terra, minerais, água, extração de madeira e riqueza de petróleo. Ao contrário da Nigéria, o Brasil não tem conflitos religiosos ou étnicos para enfrentar. Ambos os países são classificados como países em desenvolvimento, embora ambos sejam líderes regionais em seus respectivos continentes. É importante ressaltar que ambos os países têm uma população que excede 200 milhões, o que torna a contenção da insegurança um desafio.

A Nigéria, por exemplo, teve que enfrentar muitos conflitos violentos, como resultado de fatores ambientais e não ambientais. A Estratégia de Segurança Nacional da Nigéria (NSS) descreve as ameaças de:

[...] defeitos sistêmicos prevalentes na gestão geral dos fatores ambientais, como explosão populacional e assentamentos humanos não planejados, conflitos humanos periódicos induzidos pelo meio ambiente, entre os quais estão os conflitos pastores

agricultores e conflitos de recursos hídricos, bem como desastres ambientais causados por fatores naturais e humanos. O fator de ameaça mais proeminente é a mudança climática com o aquecimento global associado, que causa altos níveis do mar, surtos oceânicos e inundações costeiras. A mudança climática está associada à degradação ambiental. A desertificação no norte e a erosão e as inundações no sul ameaçam a segurança alimentar. A invasão do deserto é parcialmente responsável pela perda de reservas de pastagem e pela obliteração de rotas de pastagem, que está diretamente ligada aos conflitos pastores-agricultores. A mudança climática também contribuiu para inundações excessivas em todo o país, causando enormes perdas humanas e econômicas. Os perigos naturais e causados pelo homem, incluindo desastres naturais, poluição e ameaças internas relacionadas e de países vizinhos, constituem ameaças à segurança nacional. Embora a Nigéria não esteja localizada dentro das principais zonas sísmicas do mundo, ao longo dos anos, vários tremores de terra ocorreram em todo o país, com o último acontecendo em Mpape-Abuja em setembro de 2018. Essas ameaças ambientais minam a segurança nacional e ressaltam a necessidade de estratégias adequadas de contenção e planos de contingência (NIGERIA, 2019).

O encapsulamento acima mostra que as mudanças ambientais e a luta por recursos fornecem o objetivo, bem como o contexto subjetivo para o alto nível de insegurança na Nigéria. Isso pode ter informado a observação de Egwuatus, conforme citado por Jega (2007) de que "a distribuição da riqueza nacional é muito desigual e a pobreza é a primeira ameaça à paz e à estabilidade". Da mesma forma, Jega apontou que "90% da riqueza nacional está nas mãos de apenas 10% da população (JEGA, 2007). 44% da população é jovem e uma média de três milhões de pessoas são lançadas no mercado de trabalho saturado sem habilidades todos os anos". Assim, uma combinação de aumento da desigualdade de renda, agravamento da situação de desemprego e percepções de discriminação de grupo e marginalização com base em diferenças étnicas, religiosas e comunitárias criam divisões de identidade rígidas com base na síndrome de nós versus eles; atijam as brasas do ódio grupal e acendem tensões e até conflitos violentos (JEGA, 2007, 1999). É, portanto, considerada uma raiz de conflitos e levantes na Nigéria. Cria, particularmente, situações em que os indivíduos, deixados para se defenderem, se envolvem em atividades criminosas ou terroristas, considerando que não têm nada a perder. Essas disposições culminam em um estado de insegurança nacional na Nigéria.

Nwanegbo (2005) observou que:

os conflitos internos na Nigéria são na verdade e principalmente causados pela disputa pelo controle de recursos escassos e são aqueles que são ou se sentem privados, aqueles que tentam proteger ou defender seus interesses e desabafar frustrações que acabam levando a conflitos interétnicos, guerras entre grupos ou revoluções civis. Ele também argumenta que os conflitos internos causaram muitos danos à ordem política, econômica, social e ambiental na Nigéria.

Por exemplo, a crise do delta do Níger decorrente da degradação ambiental e da marginalização teve um enorme impacto na insegurança nacional e na crise econômica. Além disso, a pirataria marítima, o contrabando de armas, o abastecimento de petróleo, o contrabando de drogas e o banditismo levam a crises econômicas e dificuldades.

A insurgência do Boko Haram, o banditismo e os confrontos entre pastores e agricultores são causados remotamente por fatores ambientais como **mudanças climáticas, luta pela posse da terra, marginalização e desigualdade**. Segundo Eme (2011), isso também é conhecido como "economia política da violência". Outro grande contribuinte e facilitador de conflitos na Nigéria é a intolerância religiosa ou extremismo. Embora isso se mostre na maioria dos conflitos no país, é importante entender que não é uma causa raiz de conflitos por si só. Pelo contrário, é um fator forte que exacerba falhas ou conflitos já existentes. Como esta pesquisa está focada em conflitos relacionados a fatores ambientais, as crises religiosas não serão discutidas.

No Brasil, é impossível não ficar chocado com a dimensão da criminalidade urbana e da violência. Entre 1979 e 1997, a taxa de homicídios no Brasil aumentou de 11,5 para 25,4 assassinatos por 100.000 habitantes. No mesmo período, enquanto a população aumentou 65%, a taxa de homicídios aumentou 120%. Em 1999, Recife (capital do Estado de Pernambuco) e Vitória (capital do Estado do Espírito Santo) tiveram taxas de homicídio mais altas do que a Colômbia devastada pela guerra (HUGGINS, 2000). Em 2001, o Brasil foi o país com a maior porcentagem de assassinatos cometidos por armas de fogo, as armas de fogo causaram 78% de todos os homicídios naquele ano (UNESCO Report, 2002). Praticamente todos os dias, a imprensa brasileira relata um caso novo e dramático relacionado a sequestros, violência policial e corrupção, crimes de drogas ou tumultos na prisão. Chegou ao ponto em que bairros comerciais inteiros no Rio de Janeiro e São Paulo foram forçados a fechar portas durante o horário comercial pelos decretos de gangues de drogas. A razão para essas ameaças não é absurda como salários inadequados, desemprego, maior população de homens jovens, pobreza, urbanização rápida e não planejada e falta de estratégias integradas de segurança pública. Mais peculiar ao Brasil, é a disponibilidade de drogas e posse maciça de armas. Desafios ecológicos causados pelo desmatamento, mineração, rivalidade entre madeireiros e agricultores, confrontos entre agricultores e pastores sobre o uso da terra, também são uma fonte de conflitos e insegurança (EMÍLIO, 2003).

A pobreza e a disputa por recursos ambientais na Nigéria levaram a conflitos, deslocamento social e deslocamento populacional; ao aumento das questões de cidadania; a hostilidade entre "indígenas" e "colonos", e ao deslocamento e perturbação da vida familiar e comunitária. Também criou-se uma atmosfera geral de desconfiança, medo, ansiedade e frenesi; desumanização de mulheres, crianças e homens, especialmente em áreas onde estupro, abuso infantil e negligência são usados como instrumentos de guerra. Isso, por sua vez, aprofunda a fome e a pobreza na política; cria uma atmosfera de insegurança política e instabilidade, incluindo o declínio da confiança na liderança política e a apreensão sobre o sistema. Também cria um déficit de governança como resultado da ineficiência das agências de segurança (IBRAHIM, 2002).

Capítulo II Seção 14 (2) (b) da Constituição Nigeriana, declara que "a segurança e bem-estar do povo devem ser o principal objetivo do governo" (FRN, 1999). O terceiro lugar do país no índice global de terrorismo, e sendo listado como um dos países mais frágeis no Índice de Estados Frágeis, são uma ilustração do ambiente de segurança desafiador no país. Percebendo as complexidades da segurança do século 21 e a necessidade de capacidade de resposta estratégica, a Nigéria elaborou sua primeira Estratégia de Segurança Nacional em 2014 (NIGERIA, 2014) em uma tentativa de enfrentar os desafios de segurança de maneira abrangente. A estratégia basicamente apresenta uma visão geral do processo de segurança nacional e arquitetura de segurança da Nigéria e examina as estratégias de segurança setorial, mecanismos de monitoramento e supervisão na Nigéria. Muitas das iniciativas políticas visavam melhorar a situação econômica e de bem-estar dos cidadãos, a fim de amortecer os efeitos da pobreza. Exemplos dessas iniciativas políticas foram o programa YOUWIN, que financiou Pequenas e Médias Empresas e o envolvimento do governo na cadeia de valor agrícola, entre outros. A política também fortaleceu a Política Afrocêntrica existente no governo através do apoio a outros países africanos durante situações de crise, a fim de evitar um efeito indireto na Nigéria. A melhoria da situação de segurança após a introdução da estratégia abriu caminho para eleições gerais relativamente livres em todas as partes da Nigéria em 2015.

Apesar dessas iniciativas, o NSS 2014 não abordou as causas profundas das rupturas de segurança interna, como conflitos etno-religiosos, conflitos entre pastoralistas e agricultores, proliferação de armas pequenas e leves, sequestro, terrorismo e migração ilegal e crimes financeiros. A natureza em evolução das ameaças de segurança externa e interna exigiu uma revisão do NSS 2014. Isso levou à articulação da Estratégia de Segurança Nacional 2019 (NIGERIA, 2019). O NSS 2019 descreve as principais preocupações de segurança da nação para as quais políticas e estratégias foram articuladas e como o governo planeja lidar com elas. Afirma que:

A estratégia prevê as características únicas dos riscos e ameaças que enfrentamos em um mundo que está constantemente passando por mudanças. Em outras palavras, uma estratégia que orienta a ação do Estado para os desafios atuais e futuros percebidos, usando os recursos disponíveis de forma flexível e eficiente. A estratégia também aumentará nossas capacidades de prevenção, proteção e resposta a ameaças de segurança em um ambiente cada vez mais complexo (NIGERIA, 2019).

O NSS 2019 reconhece que o ambiente de segurança continuou a evoluir, dando origem a desafios emergentes, incluindo a intensificação dos conflitos pastoralistas-agricultores, a escalada do banditismo e o aumento significativo do sequestro, entre outros crimes violentos (ONUOHA; OGBONANYA, 2020). O conceito de Segurança adotado, no entanto, reflete uma mudança de paradigma contemporânea de um foco centrado no estado na segurança para um que seja abrangente e redirecione as agências de segurança para enfatizar a segurança humana. Embora essa mudança de foco seja fundamental e louvável, o NSS 2019 faz pouco para permitir que as instituições de segurança internalizem as mudanças culturais e estruturais necessárias para

atingir seus objetivos. Como resultado, a segurança do regime ainda é priorizada, muitas vezes resultando em alegações de falta de profissionalismo, violações de Direitos Humanos e abusos de cargos, que por sua vez exacerbam o déficit de segurança e governança. A ausência de políticas específicas que realinhem as organizações de segurança para lidar com ameaças identificadas de maneira integral resultou em rivalidades entre agências, que são hostis à sua eficácia e função estatutária (ONUOHA; OGBONANYA, 2020). Conseqüentemente, apesar de todos os esforços humanos e de capital, a insegurança na Nigéria continuou sem diminuição.

A unidade de *Política Nacional de Defesa* (PND) e *Estratégia Nacional de Defesa* (END) expressa realinhamento civil-militar de redemocratização. A primeira Política de Defesa Pública do Brasil (PND) foi publicada em 1996. Ela abriu o caminho para a criação do *Ministério da Defesa* (MD), transformando os ministérios militares em comandos subordinados. Isso foi seguido pelo END em 2008. PND e END foram colocados em linha em 2012 e aprovados pelo Congresso em 2013. Desde então, o MD apresenta o PND-END como uma unidade – P&E (BRAZIL, 2012). O PND define onze objetivos que incluem: garantia de soberania sobre os bens nacionais e integridade territorial; contribuição para a preservação da unidade e coesão nacional; contribuição para a estabilidade regional e contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacional; e para aumentar a projeção do Brasil no Concerto das Nações e sua maior participação nos processos de tomada de decisão internacionais. Também inclui manter as forças armadas modernas, integradas, treinadas e equilibradas, aumentando sua profissionalização, operando de forma conjunta, sendo adequadamente distribuídas pelo território nacional; conscientizar a sociedade brasileira sobre a importância dos sujeitos de defesa; desenvolver a indústria de defesa nacional para obter autonomia em tecnologias indispensáveis; estruturar as forças armadas em torno das capacidades, proporcionando-lhes pessoal e material compatível com o planejamento estratégico e operacional e desenvolvendo o potencial da logística de defesa e mobilização nacional (BRAZIL, 2012, p. 29-30).

De muitas maneiras, a Estratégia Nacional de Defesa marcou um ponto de virada claro na segurança de fronteira. De importância crítica é que a estratégia introduziu o que chama de triplo imperativo de *monitoramento e controle*, levando a requisitos de *mobilidade* e, finalmente, *presença*. Esses três conceitos governam o desenvolvimento de médio e longo prazo de capacidades e estrutura para cada ramo das forças armadas e fornecem orientação de curto prazo para o crescente escopo de funções que inclui cada vez mais tarefas de apoio à aplicação da lei. Uma injeção de política específica que ilustra isso é o Decreto Legislativo END 373 que concede às Forças Armadas o poder de operar dentro de uma área de 150m das fronteiras terrestres do país. Dentro desta área, as Forças Armadas recebem constitucionalmente poderes para cumprir as funções de aplicação da lei para evitar o contrabando de drogas e pessoas e prevenir crimes ambientais, como desmatamento e extração ilegal de madeira. Sob essa estrutura, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) é um projeto em andamento que facilitará que o Exército Brasileiro expanda sua capacidade. O SISFRON é um sistema de monitoramento, sensoriamento, tomada de decisão e apoio à ação integrada, destinado a fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado na faixa de fronteira.

A medida, que é a segunda fase do 'Programa Estratégico do Exército SISFRON' (Prg EE SISFRON), verá equipamentos e infraestrutura entregues às unidades na área de responsabilidade da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada, sediada em Cuiabá, no estado de Mato Grosso, e da 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira, sediada em Corumbá, no Mato Grosso do Sul. Esses estados fazem fronteira com a Bolívia e o Paraguai, respectivamente (BARREIRA, 2020). A implementação do SISFRON ao longo dos anos resultou em uma interdição gradualmente melhorada na zona de fronteira contra narcóticos, armas e outras mercadorias ilegais. O caminho a seguir intensifica as operações militares e policiais integradas, enfatiza o refinamento técnico e processual das capacidades de vigilância e comunicação e fortalece a colaboração de segurança com os países vizinhos.

Além disso, a infraestrutura militar e a presença, que incluem o aumento do número de soldados em organizações militares preexistentes, o aumento de Unidades Militares na Amazônia, a criação e ampliação do número de pelotões especiais de fronteira nas linhas de fronteira, a implementação do Sistema de Vigilância Amazônica (SIVAM) vinculado ao Sistema de Proteção Amazônica (SIPAM) e a aquisição, renovação e expansão de equipamentos militares, ajudaram a reduzir a taxa de criminalidade no Brasil. A Polícia Federal também expandiu suas operações na fronteira Brasil – na Colômbia com a operação COBRA, que começou em 2000 (MONTEIRO, 2016).

Em relação ao alto nível de consciência nacional em torno da 'Amazônia Verde', sua riqueza e potencialidades, bem como o fato de que a importância de garantir a soberania nacional sobre esse território já está bem estabelecida no imaginário da população brasileira, o Brasil cunhou o conceito de 'Amazônia Azul' para se referir à esfera marítima de interesse e responsabilidade do país. A associação óbvia entre a "Amazônia Azul" e a "Amazônia Verde" é a capacidade de controlar e explorar os recursos naturais além da Zona Econômica Exclusiva do Brasil (ZEE). O Brasil, portanto, apresentou um pedido à Comissão das Nações Unidas sobre os limites da Plataforma Continental (UNCLOS) para delinear 1000 km além de sua plataforma continental como a Amazônia Azul. Nesse sentido, existem articulações políticas específicas que permitem à Marinha do Brasil realizar operações marítimas nessa área (CARVALHO, 2019). Essa transferência da consciência nacional da Amazônia Verde para o ambiente marítimo facilita uma introdução rápida e eficiente à necessidade de uma consciência marítima entre diversos atores, tanto nacional quanto internacionalmente (CARVALHO, 2019).

Com relação à questão do abuso de drogas no Brasil, a Secretaria Nacional de Políticas de Drogas (SENAD), como órgão do Ministério da Justiça e Segurança Pública, coordena as atividades de prevenção, cuidado e reinserção social de usuários de drogas (GARCIA, 2008). A Política Nacional de Drogas do Brasil estipula a implementação de programas de prevenção em instituições de ensino públicas e privadas, onde educadores nos três níveis (primário, secundário e universitário) devem receber treinamento para educação continuada. Mesmo assim, estudos têm revelado o despreparo dos professores brasileiros para desempenhar essa função, por medo e/ou falta de informações e habilidades, o programa ainda é exigido na política de reorientação do governo (FERREIRA et al., 2010).

Aplicar os exemplos do Brasil ao cenário nigeriano exigirá uma estratégia de segurança que não apenas capture as principais ameaças internas e externas, mas que articule reformas constitucionais que permitam que as forças de segurança operem de maneira holística para combater as ameaças. A Lei das Agências de Segurança Nacional, que permite a coordenação das várias organizações de segurança, precisa refletir as realidades das ameaças do século XXI e a peculiar situação nigeriana. As organizações de segurança devem ser habilitadas por lei a agir na mesma esfera com responsabilidades sobrepostas, como o exemplo de SISFRON e SIPAM.

A Nigéria precisa impedir a livre circulação de pessoas ilegais, drogas e armas ao longo de suas fronteiras, especialmente ao longo das fronteiras Norte e Leste. Assim, será necessário adotar um modelo híbrido que crie zonas de segurança de fronteira, nas quais existam várias agências de segurança que operem para evitar incursões ilegais, sob uma estrutura unificada. Tal estrutura deve ser encarregada e equipada para poder cobrir a extensão da fronteira com vigilância terrestre e aérea, e ter a autorização legal para projetar e realizar operações como no exemplo brasileiro, uma área de cerca de 50 km deve ser delineada da fronteira rígida com os países vizinhos para as forças armadas operarem.

A Política de segurança da Nigéria reconhece que:

O meio ambiente é um recurso estratégico que deve ser aproveitado de forma otimizada para alcançar estabilidade, prosperidade, harmonia social e bem-estar da sociedade. Nossa missão é proteger e conservar o meio ambiente, prevenindo e mitigando ameaças naturais e antropogênicas à segurança e sustentabilidade ambiental. Assim, buscaremos alcançar explorando os recursos ambientais por meio das melhores práticas internacionais de maneira sustentável e protegendo a biodiversidade única da Nigéria. A erosão e as inundações destruíram comunidades, terras agrícolas e outras infraestruturas críticas em todo o país, ameaçando assim vidas e meios de subsistência. Para mitigar esses problemas, continuaremos a adotar, bem como aprofundar uma abordagem de todo o governo, colaborando com o setor privado e a sociedade civil (NIGERIA, 2019).

No entanto, a conservação está ameaçada pelo desmatamento, extração de madeira não regulamentada, crescimento populacional, incêndios florestais, sobrepastoreio, biopirataria, agricultura, caça furtiva, exploração industrial não regulamentada de madeira, fraca capacidade regulatória institucional em todos os níveis de governo e a presença de gangues criminosas e grupos armados nas florestas e reservas naturais. O governo deve, portanto, estabelecer parcerias de base ampla que impulsionem o envolvimento muito necessário nos esforços de reflorestamento e conservação (NIGERIA, 2019). O problema perene da escassez de pastagens para os pastores, que os leva a confrontos mortais, também pode ser evitado por uma política deliberada que diminui o pastoreio aberto, promovendo a prática da pecuária como o Plano Nacional de Transformação da Pecuária tenta fazer. No entanto, isso deve ser suportado com uma estrutura de segurança especificamente articulada para mitigar as ameaças de segurança às áreas de pastagem, como os primeiros desafios já sugerem (ONUOHA; OGBONANYA, 2020).

Apesar dessa articulação, e da presença de certas organizações, focadas na gestão e conservação ambiental, como a Agência Nacional de Gestão de Emergências, o Serviço Nacional de Parques ou a Autoridade Nacional de Vias Navegáveis Interiores (NIWA), a eficácia desses equipamentos é prejudicada pela falta de integração aludida no NSS. A Nigéria deve, portanto, articular políticas específicas que reúnem as capacidades necessárias para busca e resgate, proteção e gestão ambiental que já são inerentes às organizações de segurança sob uma estrutura, para eficácia. Por exemplo, um projeto estratégico para recarregar e manter o Lago Chade deve ser articulado com a inclusão da Marinha Nigeriana, NIWA e do Exército. Isso garante que a estrutura e o emprego das organizações de segurança sejam baseados na prevenção e mitigação de ameaças, em vez de abordagens institucionais.

A implementação estratégica de políticas como a educação em massa de indivíduos em todos os níveis, como a adotada no Brasil, deve ser replicada nas instituições de ensino e religiosas da Nigéria, a fim de conter conflitos insolúveis no país. Tais políticas estratégicas de segurança e educação devem introduzir programas voltados à prevenção da violência comunitária, abuso de drogas, crime, assassinato, terrorismo e banditismo (ONYEMAECHI; STEPHEN, 2014).

Alcançar a segurança nacional em grande medida ainda depende de militares, policiais e agentes de segurança associados. Nessa medida, essas instituições merecem fortalecimento e reorganização por meio de legislação e disposições adequadas na Política de Segurança Nacional da Nigéria. As legislações e iniciativas políticas também devem abordar o problema da coordenação que persiste, caso contrário, isso restringirá e bloqueará continuamente a obtenção da segurança nacional (NWEKE, 2011).

4 Conclusão

O ambiente de segurança contemporâneo pós-Guerra Fria testemunhou uma mudança na natureza. Todas as nações do mundo enfrentam um desafio de segurança ou outro. A Nigéria e o Brasil não são exceções e enfrentaram esses problemas com variados graus de sucesso. Do lado brasileiro, mudanças recentes na legislação introduziram novas estruturas no aparato de segurança. Essas mudanças permitiram abordagens holísticas de longo prazo para abordar as causas profundas do crime e da violência decorrentes da exploração de recursos, violência de gangues e drogas. Políticas específicas também têm sido destinadas a melhorar a educação e prevenir o aumento da desigualdade de renda. Embora os problemas de segurança na Nigéria superem e muito os do Brasil, a estratégia de institucionalizar reformas no Brasil certamente poderia ser benéfica para a Nigéria. Sucessivos governos nigerianos enfrentaram grandes desafios nos esforços para garantir a segurança no país. As ameaças mais prevalentes incluíram pobreza abjeta e persistente, ataques terroristas, sequestros, confrontos entre pastores e agricultores e conflitos etno-religiosos. Além disso, a ampla disparidade e desigualdade de renda, a exclusão social e a luta por recursos naturais, como pastagens, recursos minerais e riqueza petrolífera, levaram à insegurança em larga escala, ameaçando transformar o país mais populoso da África em um estado falido. Ironicamente, a presença de várias agências de segurança operando no mesmo

espaço e a crescente onda de insegurança sugere que uma política de segurança mais abrangente deve ser articulada. Devem ser formuladas políticas específicas para abordar as causas profundas da agitação, como o tráfico de armas de pequeno porte, o pastoreio ilegal e a extração de minerais. Além disso, a Política de segurança deve reestruturar e realinhar as agências de segurança para prepará-las para enfrentar as peculiares ameaças assimétricas do século XXI.

Este trabalho examinou as peculiaridades do sistema brasileiro e como as injeções específicas no END potencializaram a capacidade das Forças Armadas de participarem das operações de aplicação da lei na região amazônica, a extensão das fronteiras terrestres e nas atividades litorâneas na Amazônia Azul. Essas iniciativas políticas forneceram o marco para programas estratégicos como o SISFRON, que previne as atividades de contrabandistas, traficantes e migração ilegal dentro de 150 km do espaço fronteiriço Brasileiro. Dadas as peculiaridades do ambiente de segurança Nigeriano e a falta de esforços coordenados dentro das várias agências de segurança, sugere-se uma proposta para criar estruturas que ocupem e monitorem os espaços despovoados na região do Lago Chade, aumentar a navegabilidade e, assim, aumentar a atividade econômica. Tal direção política impediria o uso desse espaço não descoberto por grupos terroristas, pois também impediria a degradação contínua do recurso ambiental.

Apesar da presença das forças militares e autônomas de imigração e alfândega, proteger as extensas fronteiras do norte e leste da Nigéria continua sendo um desafio que o país ainda não superou. Este artigo argumenta que uma política abrangente de segurança nacional tem o potencial de reduzir significativamente as inseguranças econômicas e aumentar a eficiência econômica, a equidade, o crescimento e a estabilidade, dada a desigualdade socioeconômica no país. Também reposicionaria as agências de segurança para prevenir efetivamente ameaças emergentes em sua raiz, em vez de responder a elas em um estágio maduro de desenvolvimento. Essa direção política também garante a evolução estratégica e contínua das agências de segurança e garante que os altos gastos com segurança do país tenham um efeito *spin-off* na economia do país. Observando que a insegurança na Nigéria deslocou milhões de pessoas, resultando em pressões econômicas e de segurança extremas, um realinhamento da política de segurança nacional para fornecer programas específicos que abordem as causas profundas do conflito é primordial.

Finalmente, se a busca dos governos para mitigar a insegurança for bem-sucedida, ela deve abordar os problemas identificados com as instituições de segurança e capacitá-las a agir, por meio de legislação. O governo deve institucionalizar e construir mecanismos apropriados de responsabilidade e transparência dentro das instituições, demonstrando boa governança e vontade política para enfrentar os desafios de segurança. A guerra contra a insegurança deve ser ganha aumentando os padrões de governança. Consequentemente, a legislação, a política e as estratégias devem ser reformuladas com foco em abordar as ameaças identificadas à insegurança. Como afirmou o Conselheiro de Segurança Nacional (NSA) durante o lançamento oficial do NSS 2019, "um documento de estratégia de Segurança Nacional não tem sentido se seu conteúdo não for implementado holisticamente" (NIGERIA, 2019).

Referências

- BARREIRA, V. Brazil to expand to expand its border monitoring system. **Janes**, Canada, Feb 6, 2020. Disponível em: <https://www.janes.com/defence-news/news-detail/brazil-to-expand-its-border-monitoring-system>. Acessado em: Nov 25, 2021.
- BROWDER, J.; GODFREY, B. **Rainforest cities: urbanisation, development, and globalisation of the Brazilian Amazon**. New York: Columbia University Press, 1997.
- DAWSON, C. **Practical research methods: a user-friendly guide to mastering rearsch**. New Delhi: UBS Publishers' Distributors, 2019.
- CARVALHO, V. M. de. Blue Amazon: Brazil's maritime vocation. **Defence Strategic Communications: the official journal of the NATO Strategic Communications Centre of Excellence**, Latvia, v. 7, 2019.
- EME, O. I. The challenges of insecurity in Nigeria: a thematic exposition. **Interdisciplinary Journal of Contemporary Research in Business**, Kent, UK, v. 3, n. 8, p. 172-185, Dec 2011. Disponível em: <https://journal-archieives13.webs.com/172-185.pdf>. Acessado em: Nov 25, 2021.
- EMÍLIO, L. A. B. **O Poder legislativo e os serviços secretos no Brasil: 1964-1984**. 1992. Dissertação (Mestrado) – Faculdades Integradas da Católica de Brasília, Brasília, DF, 1992.
- FAO. **Hunger and food insecurity**. Rome: FAO, c2021. Disponível em: <http://www.fao.org/hunger/en/>. Acessado em: Nov 25, 2021.
- FEARNSIDE, P. Deforestation of the Brazilian Amazon. In: SHUGART, H. (ed.) **Oxford research encyclopedia of environmental science**. New York: Oxford University Press, 2017.
- FERREIRA, T. C. D. et al. Percepções e atitudes de professores e escolas públicas e privadas pe-rante o tema drogas. **Interface**, Botucatu, v. 14, n. 34, 551-562, set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/KVXNg9BHdfjqvS3KtxdCQwt/abstract/?lang=pt>. Acessado em: Nov 25, 2021.
- GARCIA, M. L. T.; LEAL, F. X.; ABREU, C. C. A política antidrogas brasileira: velhos dilemas. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 267-276, ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/hjfwNng6nTb3nZC6qd3PVbC/abstract/?lang=pt>. Acessado em: Nov 25, 2021.
- HALL, A. **Amazonia at the crossroads: the challenge of sustainable development**. London: Institute of Latin American Studies, 2000.

HARTMANN, E. **Strategic scarcity**: the origins and impact of environmental conflict ideas. [Ann Harbor: ProQuest LLC, 2017]. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Strategic-scarcity%3A-The-origins-and-impact-of-Hartmann/6614bf999231dbc9141e6860b07c965c15dad294>. Acessado em: Apr 25, 2020.

HOMER-DIXON, T.; PERCIVAL, V. Environmental scarcity and violent conflict: the case of South Africa. **Journal of Peace Research**, London, v. 35, n. 3, p. 279-298, 1998.

HOMER-DIXON, T. Environmental scarcities and violent conflict: evidence from cases. **International Security**, [Cambridge], v. 19, n. 1, p. 5-40, 1994.

HOMER-DIXON, T. **Environment, scarcity, and violence**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1991.

HUGGINS, M. Urban violence and police privatisation in Brazil: blended invisibility. Dow Jones Interactive. **Social Justices**, June 22, 2000. Disponível em: http://ptg.djnr.com/ccroot/asp/publib/story_clean_cpy.asp. Acessado em: Nov 26, 2021.

HUMAN RIGHTS WATCH. Fight violence with violence: human rights abuse and criminality in Rio de Janeiro. **Human Rights Watch Report**, [New York], v. 8, n. 2, Jan 1996. Disponível em: <https://www.hrw.org/legacy/summaries/s.brazil961.html>. Acessado em: Nov 26, 2021.

IBRAHIM, J. **Memorandum submitted to the Presidential Committee on National Security in Nigeria**. [S. l.: s. n.], 2002.

JEGA, A. **Democracy, good governance and development in Nigeria**. Ibadan: Spectrum Books Limited, 2007

KWAJA, C. Strategies for [re]building state capacity to manage ethnic and religious conflict in Nigeria. **The Journal of Pan African Studies**, Long Beach, v. 3, n. 3, p. 105-115, Sep 2009. Disponível em: <https://www.jpanafrican.org/docs/vol3no3/3.3Strategies.pdf>. Acessado em: Nov 25, 2021.

LONDOÑO, E.; ANDREONI, M.; CASADO, L. amazon deforestation soars as pandemic hobbles enforcement. **The New York Times**, New York, June 6, 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/06/06/world/americas/amazon-deforestation-brazil.html>. Acessado em: Nov 26, 2021.

MUELLER, B. et al. Land, Property Rights, and Privatisation in Brazil. **Quarterly Review of Economics and Finance**, [Champaign, IL], v. 34, n. special, p. 261-280, 1994.

NIGERIA. **National Security Strategy**. [Abuja: s. n.], 2014.

NIGERIA. **National Security Strategy**. [Abuja: s. n.], Dec 2019.

NWANEGBO, J. **Internal conflict and African development: an overview of Nigerian situation**. Awka: Pond Academic Publishers, 2005.

NWEKE, E. Rethinking National Security in Nigeria: analysis of predisposing conditions and prospects for stable polity. **Security Strategies Journal**, [s. l.], v. 7, n. 14, Dec 2011.

ONUOHA, F.; OGBONANYA, M. Review and analysis of Nigeria's National Security Strategy 2019. **Accountability Brief: a Policy on Nigeria's National Security Strategy 2019**, Abuja, Nigeria, May 29, 2020. Vol. PB/CS/009. Disponível em: <https://www.partnersnigeria.org/policy-brief-review-and-analysis-of-nigerias-national-security-strategy-2019/>. Acessado em: Nov. 26, 2021.

ONYEMAECHE, N. P.; STEPHEN, N. T. National security issue and challenges in Nigeria: which way forward. **International Journal of Youth Empowerment and Entrepreneurship Development**, [Nsukka, Nigeria], v. 1, n. 1, 2014.

PELUSO, N.; HARWEL, E. Territory, custom, and the cultural politics of ethnic war in West Kalimantan, Indonesia. In: PELUSO, N.; WATTS, M. (ed.). **Violent environments**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2001. p. 83-116.

SALAWU, B. Ethno-religious conflicts in Nigeria: casual analysis and proposal for new management strategies. **European Journal of Social Sciences**, [s. l.], v. 13, n. 3, 2010.

UNITED NATIONS. High Level Task Force on the Global Food Crisis. **Brazil's Landmark Bolsa Família Program receives US\$200 million loan**. [S. l.: s. n.], Sep 17, 2010. (Press release n. 2011/093LAC).

